PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA	
ESTADO DE SÃO PAULO	

## COMPROVANTE RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA:
ENDEREÇO:
CIDADE:ESTADO:
FONE ( e-mail:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 155/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEL, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Obtivemos através do acesso <u>www.itapetininga.sp.gov.br</u> nesta data, cópia do instrumento convocatório da
licitação acima identificada.
Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remete-lo ao Setor de Licitação, por meio de fax (15) 3376-9640 ou do e-mail pregao@itapetininga.sp.gov.br.
A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Itapetininga da responsabilidade da comunicação,
por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem
como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.
<u>Local</u> :, de de 2015.
Nome por Extenso:
<u>RG. n.º:</u>
ASSINATURA



**EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) №. 155/2015** 

PROCESSO Nº. 236/2015

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO DO LOTE DATA DA REALIZAÇÃO: 29.09.2015 as 15:30.

**LOCAL: SALA DA CPL I** 

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEL, INCLUINDO

MÃO DE OBRA E MATERIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

#### **PREÂMBULO**

O Exmo. Sr. Walter Dos Santos Junior, Secretário Municipal de Administração E Finanças Ordenador De Despesa - Decreto №999 De 14/01/2013 torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO (presencial), do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REPARO DE IMÓVEL, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 215 de 27 de janeiro de 2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Esta licitação atende a Solicitação de Compras n.º 9670 da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; Processo Administrativo nº 236/2015, Protocolo nº: 32289/1/2015.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na data de **29.09.2015** as **15:30 horas** na sala da Comissão Permanente de Licitações – CPL I, localizada na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1° andar, em Itapetininga (SP), e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

A programação poderá sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da sessão. Caso isso ocorra, o pregoeiro informará previamente a mudança de data e horário para ciência de todos os participantes.

#### I - OBJETO DA LICITAÇÃO

- A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEL, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**
- 1.1.1— Justifica: Contratação de empresa para serviço de reparo do imóvel locado para residência do Tenente da Junta Militar, devido ao término do contrato com a imobiliária Mercado de Imóveis Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a necessidade de devolução do imóvel da forma e condições que fora locado inicialmente.

#### II - DA PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA OPCIONAL.

- 2.1 Pessoas Jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Instrumento Convocatório e seus anexos;
- 2.2 Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, não poderá participar desta licitação:
- 2.2.1 Pessoas Jurídicas que estejam suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga e/ou foram declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
  - 2.2.2 Pessoas Jurídicas que se encontrem sob o regime falimentar.
  - 2.2.3 Empresas estrangeiras que não funcionem no País.
  - 2.2.4 Consórcios ou grupo de empresas.



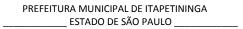
- 2.2.5 Empresas das quais participe, seja a que título for, funcionário público municipal de Itapetininga, em razão do disposto no art. 212 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itapetininga (Lei Complementar nº 26/2008).
- 2.3 A licitante interessada em participar do presente certame licitatório, **PODERÁ** proceder a visita técnica opcional até 01 (um) dia útil anterior à data de processamento do pregão prevista no preâmbulo deste edital, com prévio agendamento junto a servidora Carla Renata F. de Melo Lourenço, pelo telefone 3376-9601.
- 2.4 A visita técnica deverá ser acompanhada por funcionário da Prefeitura Municipal de Itapetininga, devidamente designado, sendo realizada em dias úteis no horário previamente agendado.
  - 2.4.1 Em hipótese alguma haverá agendamento ou visita técnica após a data limite;
- 2.5 A visita técnica tem por finalidade obter, para a utilização e exclusiva responsabilidade do licitante, esclarecimentos/informações adicionais que repute necessário à elaboração da proposta.
  - 2.5.1 Todos os custos associados à visita serão de inteira responsabilidade do licitante;
- 2.6 Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.
- 2.6.1 Não será admitida posterior modificação nos preços, prazos ou condições da proposta, sob alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre os serviços ou condições;

#### **III - DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 3.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 3.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 3.4 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 3.5 Os documentos já apresentados na fase de credenciamento são dispensados na fase de habilitação.

## IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deverá ser apresentada **FORA** do Envelope n.º 01(Proposta) junto com o CREDENCIAMENTO.
- 4.2 A declaração de **microempresas ou empresas de pequeno porte** visando ao exercício da preferência prevista na **Lei Complementar nº. 123/06**, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** do envelope nº. 01 (Proposta), junto ao credenciamento.
- 4.2.1 Caso não utilizada a faculdade prevista no item 4.2, será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06.
- 4.2.2 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, § 4°, da Lei Complementar n° 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.
- 4.3 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:





ENVELOPE №. 01	ENVELOPE №. 02
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL №xx/2015.	PREGÃO PRESENCIAL №xx/2015.
PROCESSO N.º236/2015	PROCESSO Nº. 236/2015
"PROPOSTA COMERCIAL"	"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

#### V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA"

- 5.1 A proposta, nos termos do item 4.3 da cláusula IV, deverá ser apresentada datilografada ou digitada respeitada o vernáculo, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, devendo conter:
- 5.1.1 Lote (**conforme descritos no Anexo I**), com o preço unitário e total líquidos, fixo e irreajustável, expresso em moeda nacional corrente, por serviço, CIF-ITAPETININGA/SP, prestado na forma da cláusula IX deste instrumento. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: combustível, tributos de qualquer natureza, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o serviço do objeto da presente licitação;
- 5.1.2 prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de encerramento da licitação.
- 5.2 Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- 5.3 Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- 5.4 Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.
- 5.5 O envelope da proposta deverá observar todas as exigências referidas no Anexo I.
- 5.6 Somente serão aceitas as propostas que apresentarem seus preços com 02 (dois) dígitos após a vírgula, sendo que, as que constarem seus valores com 03 (três) dígitos, ou mais, o último será desconsiderado.

#### VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação", nos termos do item 4.3 da clausula IV, deverá conter os documentos a seguir:

#### 6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de *empresa individual*;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de <u>sociedades comerciais</u>;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de <u>sociedades por ações</u>, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de <u>sociedades civis</u>, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

#### 6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 6.1.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 6.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 6.1.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:



6.1.2.3.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei Federal nº 8.212/1991;

6.1.2.3.1.1 – Com base nas informações obtidas através do portal da Receita Federal na internet (site: <a href="www.portal.fazenda.gov.br">www.portal.fazenda.gov.br</a>), a partir do dia 03/11/2014, passou a não existir mais a emissão de certidão específica relativa a Contribuições Previdenciárias para CNPJ, ou seja, o contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, emitidas antes da referida data e dentro da validade nelas indicados, <a href="deverá apresenta-las conjuntamente">deverá apresenta-las conjuntamente</a>. Entretanto, se possuir apenas umas das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a nova certidão que entrou em vigência, esta que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

6.1.2.3.1.2 – É exigida a prova de regularidade perante o INSS, que será feita através da nova Certidão da Fazenda Federal ou através da apresentação da Certidão Específica Previdenciária, desde que dentro do prazo de validade.

6.1.2.3.2 - prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede

do licitante:

6.1.2.3.3 – Prova de regularidade em relação aos Tributos Municipais (Mobiliário) relativa ao domicílio ou sede do licitante;

6.1.2.3.4 - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

- 6.1.2.3.5 Prova de regularidade perante o Ministério do Trabalho mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa.
- 6.1.2.4 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do Contrato**;
- 6.1.2.5 O proponente que desejar fazer uso do direito da Lei Complementar nº. 123/6 de 14 de dezembro de 2006, que trata de **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, deverá apresentar a **DECLARAÇÃO** que se enquadra na citada lei, **FORA** do envelope de Proposta, conforme modelo contido no ANEXO V.
- 6.1.2.5.1 Caso não utilizada a faculdade prevista no item 4.2 e no item 6.1.2.5, será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06.
- 6.1.2.6 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, <u>mesmo que esta apresente alguma restrição</u>;
- 6.1.2.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério deste Ente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- 6.1.2.8 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

#### 6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

#### **6.1.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES**

- 6.1.5.1 Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (Anexo III);
- 6.1.5.2 Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Anexo IV).
- 6.1.5.3 Declaração de Pleno Atendimento às Normas e Legislação de Trânsito, conforme modelo do Anexo VIII deste Edital.



- 6.1.5.4 Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital (Anexo IX).
- 6.1.5.5 Declaração da proponente de que possui disponibilidade do serviço ofertado (Anexo X).
- 6.1.5.6 Em virtude das disposições contidas no art. 430 do Código Tributário Municipal a proponente deverá apresentar declaração que não possui débitos tributos e multas com os cofres públicos municipais, conforme modelo (Anexo VII).

#### 6.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 6.2.1 A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via Internet, com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data de encerramento da licitação, se outro prazo de validade não constar dos documentos, exceto para o documento solicitado no item 6.1.3.1 deste Edital;
- 6.2.1.1 A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;
- 6.2.1.1.1 As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio, nos termos do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93, no ato de abertura do envelope respectivo, desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao representante legal presente.
- 6.2.2 São facultadas as licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados, pelo Certificado de Registro Cadastral CRC, expedido por qualquer Órgão Público, desde que em plena validade, e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
- 6.2.2.1 para sua aceitação, o Certificado de Registro Cadastral deverá ter sido expedido com observância dos artigos 28 aos 31 da Lei n.º 8666/93.
- 6.2.2.2 O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 6.1.2.3; 6.1.2.3.1; 6.1.2.3.2; 6.1.2.3.3; 6.1.2.3.4; 6.1.2.3.6; 6.1.2.5; 6.1.3.1; 6.1.4.1; 6.1.4.2; 6.1.4.3; 6.1.4.4; 6.1.4.5; devendo ser apresentados por todos os licitantes.
- 6.2.3 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:
- 6.2.3.1 se a licitante for a <u>matriz</u>, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;
- 6.2.3.2 se a licitante for a <u>filial</u>, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da <u>matriz</u>;
- 6.2.3.3 se a licitante for a <u>matriz</u> e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a <u>filial</u>, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da <u>matriz</u> e da <u>filial</u>, simultaneamente.

#### **VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

- 7.1 No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 10 (dez) minutos.
- 7.2 Durante os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital e a declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme Anexo V, bem como, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 7.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 7.2.2 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes ficarão em poder do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, sendo devolvidos às licitantes desclassificadas, mediante pedido escrito, após a assinatura do contrato ou efetivo cumprimento da obrigação pela proponente adjudicatária.
- 7.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
  - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
  - b) que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital;



- c) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- 7.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como correto o preço unitário. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
  - 7.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 7.4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
  - 7.4.1 Para efeito de seleção será considerado o MENOR PREÇO DO LOTE.
- 7.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindose por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o menor preço do LOTE.
- 7.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.7.1. Havendo empate, será assegurada a preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.7.2 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 7.8 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 7.8.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 7.9 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 7.10 Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 7.11 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 7.12 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) substituição e apresentação de documentos, ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 7.12.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 7.12.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 7.13 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 6.2.2 e subitens da cláusula VI, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral apresentado.
- 7.14 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.



- 7.15 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 7.16 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do Termo de Registro de Preços pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

#### VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 8.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 8.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 8.5 O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.6 A adjudicação será feita pelo Menor Preço LOTE.
- 8.7 Nos eventuais recursos, a Recorrente deverá observar o seguinte:
  - 8.7.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 8.7.2 quando encaminhadas via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, as razões do recurso serão válidas por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os memoriais originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 8.7.3 as razões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes nº. 1.000 Jardim Marabá, Térreo, Itapetininga (SP);
  - 8.7.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados memoriais.
- 8.8 Homologado o certame a vencedora será notificada via fax, ou correspondência (AR) ou em publicação no Diário Oficial do Estado a critério da Administração Municipal, para que a empresa compareça para assinar o Contrato, munida de toda documentação exigida para fins de assinatura do instrumento no prazo de 05 (cinco) corridos dias a contar:
- a) no caso de envio via fax a contar do envio sendo válida a data do comprovante de envio de fax;
- b) no caso de correspondência a contar da data de recebimento do AR pelo destinatário;
- c) no caso de publicação no Diário Oficial do Estado a contar da publicação.
- d) no caso de correio eletrônico a contar da data do envio do e-mail.

#### IX - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 9.1 O prazo de vigência do contrato será de **45 (quarenta e cinco) dias,** contados a partir da data de sua assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.2- Após a assinatura do contrato, a Secretaria Municipal de Saúde dará a Ordem de Início dos Serviços para que a empresa contratada inicie imediatamente o serviço, devendo a Contratada efetuar os serviços **no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias,** sendo que eventual atraso deverá ser devidamente justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde, a fim de evitar a penalização da empresa contratada.
- 9.2.1 A Secretaria Municipal de Saúde, através do(s) funcionário(s) responsável(eis) pela gestão do presente contrato: Sra. Priscila Sicari Alves, prestará todo o auxílio à empresa contratada.
  - 9.2.2 O local da prestação do serviço deverá ser na Rua João Adolfo 715.



- 9.2 Constatada qualquer irregularidade na prestação do serviço, a empresa vencedora da Licitação, obrigar-se-á a refazê-lo **imediatamente** sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.
- 9.3- O serviço que será feito pela licitante vencedora deverá ser idêntico às especificações contidas neste Edital. Caso o serviço não corresponda às especificações exigidas, será devolvido e poderá ser admitida uma substituição, desde que o prazo citado acima no item 9.1 desta cláusula não se tenha esgotado e a empresa possa fornecer, frise-se, dentro do restante do prazo. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo de entrega inicial ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade; se realizada após findo aquele prazo, o serviço poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 9.4 A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o serviço que estiver em desacordo com o Edital.
- 9.5 A Empresa vencedora se compromete a fornecer o serviço com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 9.6 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.

#### X - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1 O objeto da presente licitação será recebido:
  - 10.1.1 Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 10.1.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa Contratada, consequente aceitação.
- 10.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, a Contratante poderá:
- a) se disser respeito aos serviços ou materiais, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde **imediatamente após ter sido constatado** a irregularidade;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, **imediatamente** depois de constatado a irregularidade.

#### XI - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 11.1 A licitante consagrada vencedora, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação necessária sua celebração ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 11.1.1 Se a licitante vencedora for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar como condição para a celebração do contrato os documentos originais ou cópias autenticadas aludidos nos itens 6.1.2 comprovação de regularidade fiscal.
- 11.1.2 Se os documentos de regularidade fiscal apresentar alguma restrição serão assegurados o prazo de 02 (dois) dias úteis para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
- 11.1.3 O prazo de regularização da documentação aludido no item 11.1.2 poderá ser estendido uma única vez, mediante pedido formal da empresa vencedora, juntando declaração de seu responsável legal de que está providenciando a regularização e eventuais documentos comprobatórios.
- 11.1.4 Decorrido o prazo, a não regularização da documentação, implicará na decadência do direito à contratação, ficando sujeita às penalidades previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 11.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias da Notificação, conforme cláusula 8.8, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.



- 11.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - 11.3.1 advertência;
- 11.3.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 11.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 11.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 11.3.3 desta cláusula.
- 11.3.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 11.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 11.3, subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;
- 11.3.5.2 da sanção estabelecida no item 11.3, subitem 11.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida à reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 11.4 O atraso injustificado na prestação dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, limitado ao percentual descrito na cláusula 11.3.2.
- 11.5 As sanções previstas nos itens 11.1, 11.2, 11.3, 11.4 e subitens poderão ser aplicados cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- 11.6 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro.
- 11.6.1 não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

#### **XII - DA FORMA DE PAGAMENTO**

12.1 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Itapetininga, até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da Nota Fiscal eletrônica (vide item 12.1.1), que deverá ter anexo constando o fechamento do relatório emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, e os comprovantes de recolhimento de INSS, FGTS, Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, sendo que os recursos financeiros serão atendidos pela dotação:

Nota nº.: 359 – Data 31/08/2015

Ficha nº.: 197,

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 08 – Secretaria Municipal de Saúde, Unidade de Executora: 01- Gabinete do Secretario e Dependências;

Função: 10 - Saúde;

Sub Função: 301 – Atenção Básica;

Programa: 0063 –Gestão do Fundo Municipal de Saúde;

Projeto/ Atividade: 2039 – Gestão das Ações de Apoio Administrativo, de Manutenção;

Categoria Econômica: 3.3.90 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Elemento Despesa: 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Fonte: 01 – Tesouro.

Vigentes no orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2015 e as correspondentes para os exercícios futuros, em caso de prorrogação contratual, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este contrato, advindo do orçamento do exercício de 2016, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

12.1.1 – A nota fiscal eletrônica, na prestação de serviços, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica.



- 12.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 12.3 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 12.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 12.5 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com a Previdência Social (INSS), FGTS e a Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Contratada tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
- 12.5.1 na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Contratada não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos serviços motivado pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens 11.1, 11.3, 11.4 e subitens da cláusula XI deste Edital.
- 12.6 Deverá também os preços propostos englobar todas as despesas com os transportes, descargas, seguro, impostos e outras que correrão sempre por conta e risco do fornecedor devendo, portanto estar incluídas no preço dO serviço cotado.
- 12.7 Para fins de pagamento a Contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

#### XIII - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 13.1 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 13.1.1 As petições deverão ser protocoladas junto ao Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1° andar, Itapetininga (SP), dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 03 dias úteis.
- 13.1.2 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 13.1.3 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.
- 13.2 Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:
  - 13.2.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 13.2.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, esses documentos serão válidos por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 13.2.3 os documentos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, Itapetininga (SP);
  - 13.2.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

#### XIV - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, DOS PREÇOS E DOS REAJUSTAMENTOS.

- 14.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.
- 14.2 Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela **CONTRATADA** e isso motivar a paralisação dos serviços, esta incorrerá na penalidade prevista no item 11.3 e subitens 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3 e 11.3.4 da Cláusula XI e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 12.4 da Cláusula XII, ambos deste Edital.
- 14.3 Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a futura CONTRATADA se obriga em fornecer, <u>a cada ocorrência de majoração ou redução</u>, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, **é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA**, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.



- 14.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 14.3.2 Os serviços deverão ser medidos pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a Contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato sobre serviços já efetuados, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir de constatação do desequilíbrio.
- 14.3.3 A paralisação dos serviços por esta razão sujeitará a contratada às sanções contratuais e previstas neste edital.
- 14.4 A obrigatoriedade da futura Contratada em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o período do Contrato, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos serviços.
- 14.5 Os preços que vigorarão no contrato corresponderão aos preços unitários propostos, com data base o mês de apresentação da proposta.
- 14.6 referidos preços, constituirão a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 14.7 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 14.8 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usada a variação dos imediatamente 03 (três) meses anteriores à data de apresentação da proposta.

#### XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.2 De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.
- 15.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 15.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 15.4 O Comunicado de Abertura de licitação, bem como resultado do presente certame será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Estado e no Semanário Oficial de Itapetininga.
- 15.5 Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e Jornal Agora.
- 15.6 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do Contrato ou instrumento equivalente.
- 15.7 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 15.8 Integram o presente Edital:
- Anexo I Descrição do Objeto do Certame;
- Anexo II Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- Anexo III Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- Anexo IV Modelo de Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;
- Anexo V Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI Modelo de Procuração para Credenciamento;
- Anexo VII Declaração de Inexistência de Débitos Municipais;
- Anexo VIII Modelo de Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital;
- Anexo IX Declaração de Disponibilidade;
- Anexo X Minuta do Contrato
- Anexo XI Termo de ciência e Notificação
- Anexo XII Declaração de Visita Técnica

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA \_\_\_\_\_\_ ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_\_\_

15.9 - A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.

15.10 - Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1° andar, Itapetininga (SP), telefone: (0xx15) 3273-3200, Itapetininga - SP, quando a dúvida se relacionar com o objeto licitado pelo telefone: 3272-1727.

Itapetininga, 04 de Setembro de 2015.

WALTER DOS SANTOS JUNIOR
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DE DESPESA
DECRETO №999 DE 14/01/2013



#### ANEXO I

#### REF.: PROCESSO N.º 236/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 155/2015

Compreende o objeto desta licitação: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEL, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Lote Único	Un.	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO TOTAL
01	SV	SERVIÇO REFORMA imóvel locado para residência do tenente da junta militar sito a Rua João Adolfo 715.  Sendo os serviços:  • Troca de fechadura de embutir cromada completa, tipo alavanca para portas externas em duas folhas do Portão externo da entrada de acesso à garagem.  • Troca de 01 Porteiro Eletrônico Residencial (módulo externo) modelo sobrepor com teto capacidade mínima de 03 extensões (módulos internos).  • Troca de 03 Interfones (módulos internos) para porteiro eletrônico residencial.  • Recolocação de 03 postes retos tubulares brancos no jardim, altura 1,50m com luminárias tipo globo de vidro leitoso.  • Serviço de capina e limpeza manual de terreno com pequenos arbustos em 137,54 m² na fachada e 217,34 m² nos fundos.  • Limpeza e desobstrução de canaletas ou tubulações de águas pluviais em 40,8 metros lineares nos fundos da edificação.  • Demolição de parede de alvenaria de elevação na garagem totalizando 0,57 m³ com reaproveitamento de porta e janelas.  • Recolocação de folhas de porta de passagem ou janela, considerando reaproveitamento do material. O material inclui 04 folhas de porta de Blindex fumê Que serão retiradas da parede demolida da garagem e 01 folha de janela Blindex fumê que serão retiradas da parede demolida da garagem e on folha de janela Blindex fumê que serão retiradas da parede demolida da garagem e on folha de janela Blindex fumê que serão retiradas papede de e tampados os furos e trincas com massa à base Látex PVA.  • Troca do gabinete e pia da cozinha da edícula, gabinete de 1,80 x 0,62 m com 03 portas e 03 gavetas, sobre ele tampo de granito marrom com cuba em inox de 0,35 x 0,60 m e torneira de mesa cromada com misturador.  • Aplicação de verniz em todas as portas de madeira em duas demãos totalizando 36,75 m².  • Troca dos espelhos do Quarto 02 e do Quarto	R\$17.330,00



04 (suíte) totalizando 0,57 m² de espelho.	
·	
<ul> <li>Colocação de espelho e aparador do Corredo</li> </ul>	
Social totalizando 2,10 m² de espelho sobre	3
parede e aparador de vidro temperado incolo	r
de 0,30 m².	
<ul> <li>Colocação de gabinete de madeira do Banheir</li> </ul>	
Social de 1,27 x 0,6 m e 0,67 m de altur	a
contendo 03 portas, sobre ele tampo d	2
mármore branco com pia oval cerâmica bege d	9
0,28 x 0,40 m e torneira de mesa cromada cor	า
misturador.	
<ul> <li>Colocação de luminárias tipo globo de vidr</li> </ul>	
leitoso totalizando 9 unidades.	
<ul> <li>Confecção de chaves totalizando 06 unidades.</li> </ul>	

#### Quantitativo de Materiais

Obra:	Reforma Núcleo da Criança
Tipo de obra	Residencial
Endereço da obra	Rua João Adolfo, 715 - Centro - Itapetininga
Preços expressos em	R\$ (Real)

Código	Descrição	Un.	Quantidade
74068/4	Fechadura de embutir completa, para portas externas 2 folhas, padrão de acabamento popular e fecho de embutir tipo unha com alavanca de latão cromado 22cm.	un	1,00
660213	Kit Porteiro eletrônico residencial com um interfone.	cj	1,00
	Interfone (módulo interno) para porteiro eletrônico residencial.	un	2,00
411101	Luminária esférica fechada para iluminação decorativa externa com poste tubular na cor branca, altura 1,50m.	un	3,00
73822/1	Capina e limpeza manual de terreno com pequenos arbustos.	m²	354,88
550205	Limpeza e desobstrução de canaletas ou tubulações de águas pluviais.	m	40,80
30204	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento.	m³	0,57



72144	Recolocação de folhas de porta de passagem ou janela, considerando reaproveitamento do material.	un	3,00
88486	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas de mãos.	m²	306,41
88487	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em paredes, duas de mãos.	m²	520,48
88488	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em teto, duas de mãos.	m²	14,93
88489	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas de mãos.	m²	802,45
40905	Verniz sintético em madeira, duas de mãos.	m²	36,75
260401	Espelho em vidro cristal liso, espessura de 4 mm, colocado sobre a parede.	m²	2,10
260403	Espelho comum de 3 mm com moldura em alumínio.	m²	0,57
72120	Vidro temperado incolor, espessura 10mm, fornecimento e instalação, inclusive massa para vedação.	m²	0,30
74041/2	Luminária globo vidro leitoso/plafonier/ bocal/lâmpada 100w.	un	9,00
440210	Tampo/bancada em mármore nacional espessura de 3 cm.	m²	0,76
440221	Tampo/bancada em granito amêndoa, espessura de 2 cm.	m²	1,12
86900	Cuba de embutir de aço inoxidável média - fornecimento e instalação	un	1,00
86937	Cuba de embutir oval em louça branca, 35 x 50cm ou equivalente, incluso válvula em metal cromado e sifão flexível em pvc – fornecimento e instalação.	un	1,00
86902	Torneira cromada de mesa, 1/2" ou 3/4", para lavatório, padrão popular - fornecimento e instalação.	un	1,00
86909	Torneira cromada tubo móvel, de mesa, 1/2" ou 3/4", para pia de cozinha, padrão alto - fornecimento e instalação.	un	1,00
	Confecção de chaves novas.	un	6,00
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		



Gabinete de madeira de 1,80x0,62 m com 03 portas e 03 gavetas.	un	1,00
Gabinete de madeira de 1,27x0,6 m com 03 portas.	un	1,00

#### • CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO ANEXO I:

#### 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS PINTURA:

Para a execução de qualquer tipo de pintura, deverão ser observadas as seguintes diretrizes gerais:

As superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, escovadas e raspadas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias estranhas;

As superfícies a serem pintadas serão protegidas quando perfeitamente secas e lixadas;

Cada demão de tinta somente será aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, devendo-se observar um intervalo de 24 horas entre demãos sucessivas;

Deverão ser adotadas precauções especiais, a fim de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura, como vidros, ferragens de esquadrias e outras.

#### RECOMENDAM-SE AS SEGUINTES CAUTELAS PARA PROTEÇÃO E SUPERFÍCIES E PEÇAS:

Isolamento com tiras de papel, pano ou outros materiais;

Remoção de salpicos, enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se um removedor adequado, sempre que necessário.

Antes do início de qualquer trabalho de pintura, preparar uma amostra de cores com as dimensões mínimas de 0,50 x 1,00 m no próprio local a que se destina para aprovação do proprietário.

Deverão ser usadas as tintas já preparadas em fábricas, não sendo permitidas composições, ou seja, de 1ª qualidade.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas na proporção recomendada. As camadas serão uniformes, sem corrimento, falhas ou marcas de pincéis e deverão ser aplicadas quantas demãos forem necessárias. Os recipientes utilizados no armazenamento de mistura e aplicação das tintas deverão estar limpos e livres de quaisquer materiais estranhos ou resíduos. Todas as tintas serão rigorosamente misturadas dentro das latas e periodicamente mexidas com uma espátula limpa, antes e durante a aplicação, a fim de obter uma mistura densa e uniforme e evitar a sedimentação dos pigmentos e componentes mais densos.

Para as pinturas internas de recintos fechados, serão usadas máscaras, salvo de forem empregados materiais não tóxicos. Além disso, deverá haver ventilação forçada no recinto. Os trabalhos de pintura em locais desabrigados serão suspensos em tempos de chuva ou de excessiva umidade.

Todos os materiais deverão ser recebidos em seus recipientes originais, contendo as indicações do fabricante, identificação da tinta, numeração da fórmula e com seus rótulos intactos. A área para o armazenamento será ventilada e vedada para garantir um bom desempenho dos materiais, bem como prevenir incêndios ou explosões provocadas PR armazenagem inadequada. Esta área será mantida limpa, sem resíduos sólidos, que serão removidos ao término e cada dia de trabalho.

- **2.** As proponentes **poderão** realizar Visita Técnica, conforme agendamento prévio com a Secretaria Municipal de Saúde, pelo telefone (15) 3272-9601.
- **3.** Todo o material necessário para a execução da reforma será fornecido pela empresa contratada, conforme planilha quantitativa deste Anexo, bem como a mão de obra e ferramentas necessárias a execução dos serviços.
- **4.** A empresa contratada assume integral responsabilidade na contratação dos empregados envolvidos na realização dos serviços propostos, sendo considerada como única EMPREGADORA, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada fazer com que os empregados obedeçam todas as normas a serem tomadas por lei.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA \_\_\_\_\_\_ ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_\_

- **5.** Com referência as responsabilidades quanto aos funcionários que executarão os serviços, tanto nas esferas: penas, civil, administrativa e trabalhista serão por conta da empresa contratada;
- **6.** Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada;
- **7.** O <u>prazo para a realização dos serviços será de até 45 (quarenta e cinco) dias,</u> contados a partir da data de expedição da Ordem de Início dos Serviços pela Secretaria de Saúde, e o prazo de vigência do contrato será de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da assinatura do contrato.
- 8. A presente licitação tem seu valor estimado em R\$17.330,00 (dezessete mil e trezentos e trinta reais).

**DENILSON RODRIGUES DA SILVA** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **ANEXO II**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

#### <u>"DECLARAÇÃO"</u>

À	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA	
At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO	
REF.: PROCESSO N.º 236/2015 PREGÃO PRESENCIAL N	.º 155/2015
	ço completo), inscrita no CNPJ sob n.º
neste ato representada pelo seu (representante/sócio/	orocurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<b>DECLARAR</b> , para fins de participação no processo li	citatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre
plenamente aos requisitos de habilitação.	
Por ser verdade assina a presente	
	de de 2015.
Razão Social da Empresa	
Nome do responsável/procurado	
Cargo do responsável/procurado	ır
N º do documento de identidade	1



# ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

## "DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
REF.: PROCESSO N.º 236/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 155/2015
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º,
neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
DECLARAR nove fine de newticinação no processe ligitatário em neuto, sob os nones
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, <b>que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública,</b> e, que <u>não está</u>
suspensa de participar em processos de licitação ou impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de
Itapetininga, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
tapetimisa, e que se compromete a comunicar ocorrencia de latos supervenientes.
Por ser verdade assina a presente.
de de de 2015.
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade



#### **ANEXO IV**

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO "DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
REF.: PROCESSO N.º 236/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 155/2015
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º,
neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<b>DECLARAR</b> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação
regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo
7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de
1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)
(Observação, em caso ammativo, assinaiar a ressaiva acima)
Por ser verdade assina a presente.
de de 2015
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade



#### **ANEXO V**

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIAR-SE DA LEI COMPLEMENTAR 123.

#### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

<b>DECLARO</b> , sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato
convocatório, que a empresa
(denominação da pessoa jurídica), CNPJ n° é Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos
declaro conhecer na íntegra, e não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do
artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº
147, de 7 de agosto de 2014, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de
desempate e/ou o benefício da habilitação com irregularidade fiscal no procedimento licitatório do Pregão
Presencial n°/2015, realizado pelo Município de Itapetininga, Estado de São Paulo.
Local e Data.
Nome e assinatura do representante legal
RG n°:

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



#### **ANEXO VI**

#### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA <u>CREDENCIAMENTO</u>

Pelo presente instrumento particular de Procuração e pela melhor forma de direito, a
empresa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º
e Inscrição Estadual sob n.º, neste ato, representada por seu sócio-gerente
Sr.(a) e CPF n.º e CPF n.º, nomeia e
constitui seu representante o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º
e CPF n.º, a quem confere poderes para representar a empresa outorgante
no PREGÃO PRESENCIAL N.º / 2015, instaurado pela Prefeitura Municipal de Itapetininga, em especial para
firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores
propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao
certame acima indicado.
Local e data.
Assinatura do responsável pela outorga

Obs.: Na apresentação desta procuração a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.



#### **ANEXO VII**

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

#### "DECLARAÇÃO"

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
REF.: PROCESSO N.º 236/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 155/2015
REF PROCESSO IN 250/2015 PREGAO PRESENCIAL IN 155/2015
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º,
neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<b>DECLARAR</b> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, <b>que não possui</b>
débitos de tributos e multas com os cofres públicos municipais, estando em conformidade com as disposições
do art. 430 do Código Tributário Municipal <sup>1</sup> , e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos
supervenientes.
Por ser verdade assina a presente.
de de de 2015.
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N º do documento de identidade

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> **Artigo 430** - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas com os cofres públicos municipais, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração do Município.

**Parágrafo Único** - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.



#### **ANEXO VIII**

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL

#### <u>"DECLARAÇÃO"</u>

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
REF.: PROCESSO N.º 236/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 155/2015
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, <b>que está de</b>
$\textbf{pleno acordo com as condições e exigências do Edital} \ \ \textbf{referente ao Pregão Presencial } \ n^{\underline{o}} :: \ 155/2015 \ \ \textbf{e}$
Processo nº.: 236/2015 e aceitam a cumprirem fielmente.
Por ser verdade assina a presente de de de 2015
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

#### **ANEXO IX**

#### **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE**

Å	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINI	IGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL	
REF.: PROCESSO N.º 236/2015 PREGÃ	PRESENCIAL N.º 155/2015
DECLARO, sob	as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato
convocatório, que a empresa	(denominação da pessoa
jurídica), CNPJ n°	tem disponibilidade dos produtos e dos demais
meios para a realização dos serviços, o	onforme Anexo I do Edital referente ao Pregão Presencial nº.:98/2015 e
Processo nº.:167/2015, para a entrega	dos materiais no prazo estabelecido pelo Edital da presente licitação.
	Local e Data
	<del></del>
Non	e do representante
RG r	.º:



#### **ANEXO X**

#### **MINUTA DE CONTRATO**

REF.: PROCESSO N.º 236/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 155/2015 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEL, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL -
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATO N.º/2015
PREÂMBULO

dos Três Poderes n.º 1.000 em Itapetininga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 46.634.291/0001-70
representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr,,,,
, residente à Rua, n°, nesta cidade de Itapetininga/SP, portador do
RG n.º e do CPF/MF n.º, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado
a empresa n° em, Estado de São
Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º e Inscrição Estadual n.º, representada
neste ato pelo Sr e CPF/MF n.º
doravante denominada CONTRATADA, formalizam entre si o presente ajuste, que visa a OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEL, INCLUINDO MÃO DI
OBRA E MATERIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, descrita na cláusula primeira deste contrato, em razão
do PROCESSO N.º 236/2015, Pregão n.º155/2015, já homologado e adjudicado, e na conformidade das cláusula.
e condições seguintes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- A CONTRATADA, por força do presente ajuste, se obriga a executar, à CONTRATANTE, os serviços de OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEL, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Item	Quant.	Unid	Descrição dos Serviços	VALOR UNT
		SV		R\$

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 2.1 O prazo de vigência do contrato será 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de sua assinatura.
- 2.2. O prazo indicado no item 2.1 poderá ser prorrogado de acordo com as condições estabelecidas no Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações.
- 2.3- O prazo de execução dos serviços de reforma é de até 45 (quarenta e cinco) dias após a ordem de serviço, e somente poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, ficando a critério da Administração o seu acatamento, sem prejuízo da aplicação o de penalidade pelo atraso da obra.
- 2.2.3 A contratada, na execução do presente contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, somente poderá subcontratar partes do serviço, objeto desta licitação, mediante autorização prévia da Secretaria municipal contratante.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1 - Importa o presente Contrato no valor global estimado de R\$ ......), decorrente dos preços unitários, expressos em moeda corrente, válidos para a data de encerramento da licitação.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Após a assinatura do contrato, a Secretaria Municipal de GABINETE dará a Ordem de Início dos Serviços, devendo a Contratada IMEDIATAMENTE iniciar os serviços e finalizá-los **no PRAZO DE ATÉ 45 (quarenta e cinco)** 



<u>dias</u>, sendo que eventual atraso deverá ser devidamente justificado, sob pena de indeferimento pela Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de eventual penalização da empresa contratada.

- 4.1.1 A Secretaria Municipal de Saúde, através do funcionário responsável pela gestão do presente contrato: Sra. Priscila Sicari Alvez prestará todo o auxílio à empresa contratada.
- 4.2- Constatada qualquer irregularidade na prestação do serviço, a CONTRATADA obrigar-se-á a refazê-los **imediatamente**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.
- 4.3- O serviço da CONTRATADA deverá ser idêntico às especificações contidas neste Edital. Caso o serviço não corresponda às especificações exigidas, será devolvido e poderá ser admitida uma substituição, desde que o prazo citado acima no item 9.1 desta clausula não se tenha esgotado e a empresa possa fornecer, frise-se, dentro do restante do prazo. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo de entrega inicial ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade; se realizada após findo aquele prazo, O serviço poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 4.4 A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o serviço que estiver em desacordo com o Edital.
- 4.5 A Empresa vencedora se compromete a fornecer o serviço com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 4.6 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.
- 4.7 Fica designado a servidora Sra. Priscila Sicari Alvez para acompanhar e fiscalizar o presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.
- 4.8 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato, obedecido o disposto no § 1° do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 O objeto da presente licitação será recebido:
  - 5.1.1 Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 5.1.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa Contratada, consequente aceitação.
- 5.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, a Contratante poderá:
- a) se disser respeito aos serviços ou materiais, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde, **imediatamente** depois de constatado a irregularidade, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, **imediatamente** depois de constatado a irregularidade, mantido o preço inicialmente contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS E DOS REAJUSTAMENTOS

- 6.1 Os preços que vigorarão no contrato corresponderão aos preços unitários propostos, com data base o mês de apresentação da proposta.
- 6.2 Referidos preços, constituirão a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.3 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 6.4 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usada a variação dos imediatamente 03 (três) meses anteriores à data de apresentação da proposta.



#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 7.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.
- 7.2 Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela **CONTRATADA** e isso motivar a paralisação dos serviços, esta incorrerá na penalidade prevista nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 da Cláusula X e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 7.4 da Cláusula VII, ambos deste Contrato.
- 7.3 Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a CONTRATADA se obriga em fornecer, <u>a cada ocorrência de majoração ou redução</u>, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, **é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.**
- 7.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 7.3.2 Os serviços deverão ser medidos pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a Contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato sobre serviços já efetuados, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir de constatação do desequilíbrio.
- 7.3.3 A paralisação dos serviços por esta razão sujeitará a contratada às sanções contratuais e previstas no edital.
- 7.4 A obrigatoriedade da Contratada em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o período do Contrato, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos serviços.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Itapetininga, até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da Nota Fiscal eletrônica (vide item 8.1.1), que deverá ter anexo constando o fechamento do relatório emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes de recolhimento de INSS, FGTS, da JUSTIÇA DO TRABALHO.
- 8.1.1 A nota fiscal eletrônica, na prestação de serviços, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica.
- 8.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 8.3 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 8.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 8.5 Por se tratar de prestação de serviço parcelada e para atendimento de exigências legais, a Contratada, se obriga, a cada recebimento de valor, fornecer ao Departamento de Orçamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapetininga (SP), original ou cópia autenticada por cartório competente, das provas de regularidade com a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS e com a JUSTIÇA DO TRABALHO, atualizadas;
- 8.5.1 a ausência desses documentos, atualizados, implicará na suspensão dos pagamentos decorrentes da entrega dos materiais, até que seja restaurada a situação de normalidade existente na data de encerramento do certame.
- 8.5.2 na ocorrência do bloqueio, e consequente atraso no(s) pagamento(s), não haverá quaisquer atualizações do valor devido, e no caso de bloqueio na prestação do serviço incorrerá a Contratada nas sanções cabíveis.
- 8.6 Para fins de pagamento a contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.



#### CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias vigentes no orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2015 e as correspondentes para os exercícios futuros, em caso de prorrogação do termo da ata de registro de preços, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Contrato, advindo do orçamento do exercício de 2016, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

Nota nº.: 359 – Data 31/08/2015

Ficha nº.: 197,

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 08 – Secretaria Municipal de Saúde,

Unidade de Executora: 01- Gabinete do Secretario e Dependências;

Função: 10 - Saúde;

Sub Função: 301 – Atenção Básica;

Programa: 0063 - Gestão do Fundo Municipal de Saúde;

Projeto/ Atividade: 2039 – Gestão das Ações de Apoio Administrativo, de Manutenção;

Categoria Econômica: 3.3.90 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Elemento Despesa: 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Fonte: 01 – Tesouro.

9.2 - O valor global r	eferido na	cláusula q	uarta deste	instrumento,	onerou a	dotação	acima	através	da N	lota	de
Empenho n.º/	de/_	/, que	e passa a inte	egrar o preser	nte Contra	to.					

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - 10.1.1 advertência;
- 10.1.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 10.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 10.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 10.1.3 desta cláusula.
- 10.1.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 10.1.5.1 das sanções estabelecidas no item 10.1, subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;
- 10.1.5.2 da sanção estabelecida no item 10.1, subitem 10.1.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 10.2 O atraso injustificado da entrega dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitada ao percentual previsto no item 10.1.2.
- 10.3 As sanções previstas nos itens 10.1 e 10.2 subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- 10.4 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a Contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 10.4.1 não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISAO CONTRATUAL

- 11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Itapetininga/SP:
- 11.1.1 Unilateralmente, sem prévio aviso, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito à reclamação ou à indenização, nos casos de imperícia e/ou negligência e naqueles previstos nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;
  - 11.1.2 Amigavelmente, conforme previsto no inciso II do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93.
- 11.2 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no art.º 77 da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1 - Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de Licitação respectivo e a proposta vencedora da **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Aplicar-se-á a Lei Federal n.º 10520/02, a Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Será competente o Foro da Comarca de Itapetininga, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado seja.

E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas:

Itapetininga,	de	. de	2015.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA CONTRATANTE

#### SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **CONTRATADA**

# 1. 2. Nome: Nome: RG: RG:

#### **ANEXO XI**

## MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATADA:			
CONTRATO	N°	(DE	ORIGEM):
OBJETO:			
ADVOGADO(S): (*)			
encaminhamento a CIENTES e NOTIFIC publicação e, se fo direito da defesa, todos os despacho no Diário Oficial do de conformidade o de mensagem eleti	ao TRIBUNAL E ADOS para acc r o caso e de n interpor recur s e decisões qu o Estado, Cader com o artigo 90 rônica aos inter	DE CONTAS DO E ompanhar todos o nosso interesse, posos e o mais que le vierem a ser to mo do Poder Legio da Lei Complem ressados.	ectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do se STADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos po os atos da tramitação processual, até julgamento final e su para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer e couber. Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que amados, relativamente ao aludido processo, serão publicado islativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo pentar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedido entar Estadual nº 709, de 190 de
CONTRATANTE			
Nome e cargo:			
E-mail institucional	<u>:</u>		
E-mail		pessoal	l:
Assinatura:			
CONTRATADA			
CONTRATADA  Nome e cargo:  E-mail institucional			
Nome e cargo:			

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA \_\_\_\_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_\_\_

#### ANEXO XII

#### **DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO № 236/2015 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEL, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERIODO DE 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

(nome da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão Presencial nº. 155/2015, da Prefeitura Municipal de Itapetininga, por seu representante legal **DECLARA** sob as penas da lei e para os devidos fins, que visitou e inspecionou o local dos serviços objeto da presente licitação, tendo pleno conhecimento das condições locais da região onde este serão executados, da natureza e do escopo dos mesmos, tendo ciência de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução.

	Local,		_de	de 2015
Representante legal da Empresa				
Endereço		CEP		
RG	CPF			
TEL/FAX	E-ma	il		
Carimbo da empresa (CNPJ)				

#### **CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

## CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
CONTRATADA:
OBJETO:
CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O CONTRATO
Nome:
Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE ITAPETININGA
RG nº:
Endereço:
Telefone: (015) 3376-9600
e-mail:
Responsável pelo atendimento a requisição de documentos do TCESP
Nome:
Cargo: Secretário Municipal de Saúde
Endereço Comercial do Órgão/Setor: Praça dos Três Poderes nº 1.000 − Jardim Marabá -Itapetininga/SP
<b>Telefone e Fax:</b> (0xx15) 33769600
e-mail:
Itapetininga, de de 2015
SECRETÁRIO MUNICIPAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA \_\_\_\_\_\_ ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_\_\_

#### CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

#### DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE:
CNPJ №:
CONTRATADA:
CNPJ Nº:
CONTRATO N° (DE ORIGEM):
DATA DA ASSINATURA:
VIGÊNCIA:
OBJETO:
VALOR (R\$):
Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais
documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo
arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando
requisitados. Em se tratando de obras/serviços de engenharia: Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela
entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente
licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na
origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados: a
memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro; b) orçamento detalhado em planilhas
que expressem a composição de todos os seus custos unitários; c) previsão de recursos orçamentários que

assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma; d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto

das obras ou serviços foi contemplado em suas metas; e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)